

PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER

3

VOLUME



PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER

3

VOLUME





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER 3 de [SCISAUDE](#) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/planejamento-e-gestao-em-saude-da-mulher-3/80>

2025 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2025 Os autores

Copyright da edição © 2025 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE

ORGANIZADORES

Me. Iara Nadine Vieira da Paz Silva

<http://lattes.cnpq.br/3158922554159966>

<https://orcid.org/0000-0002-5027-200X>

Dr. Avelar Alves da Silva

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

Esp. Lennara Pereira Mota

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

Dra. Karla Heline Pereira de Mesquita

<http://lattes.cnpq.br/7023779756131558>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lennara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores

Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	JEAN CARLOS LEAL CARVALHO DE MELO FILHO	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planejamento e gestão em saúde da mulher [livro eletrônico] : 3 volume / organizadores Iara Nadine Vieira da Paz Silva...[et al.]. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2025.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Avelar Alves da Silva, Lennara Pereira Mota, Karla Heline Pereira de Mesquita.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85376-68-6

1. Artigos científicos - Coletâneas 2. Ginecologia
3. Maternidade 4. Mulheres - Saúde mental
5. Multidisciplinaridade 6. Saúde da mulher
7. Saúde pública I. Silva, Iara Nadine Vieira da Paz.
II. Silva, Avelar Alves da. III. Mota, Lennara Pereira. IV. Mesquita, Karla Heline Pereira de.

25-274892

CDD-613.04244

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde da mulher : Medicina 613.04244

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.56161/sci.ed.20250527



978-65-85376-68-6



SCISAUDE
Teresina – PI – Brasil
scienceesaude@hotmail.com
www.scisaude.com.br

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o eBook " PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE DA MULHER 3", uma obra essencial para todas as mulheres que desejam entender melhor o funcionamento do seu corpo, cuidar da saúde e viver de forma plena e equilibrada.

Este eBook foi cuidadosamente elaborado para oferecer informações acessíveis e baseadas em evidências científicas, cobrindo temas fundamentais para a saúde feminina em todas as fases da vida. Desde a puberdade até a menopausa, passando pela maternidade e os desafios do envelhecimento, nosso eBook aborda com profundidade e clareza os principais aspectos da saúde da mulher.

Questões como saúde reprodutiva, prevenção de doenças, bem-estar mental e emocional, nutrição, exercícios físicos e cuidados preventivos são tratados de forma abrangente, permitindo que você tome decisões informadas sobre sua saúde. Além disso, o eBook oferece dicas práticas e orientações que podem ser facilmente integradas ao seu dia a dia, ajudando você a adotar hábitos saudáveis e prevenir problemas futuros.

Queremos empoderar as mulheres com conhecimento, promovendo uma vida mais saudável e feliz. Este eBook é indicado tanto para mulheres que desejam cuidar melhor de si mesmas quanto para profissionais da saúde que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre o universo feminino. Com uma linguagem clara e objetiva, ele se torna uma leitura indispensável para quem se preocupa com o bem-estar e a qualidade de vida.

Boa Leitura!!!

Sumário

CAPÍTULO 1.....	9
PLANEJAMENTO REPRODUTIVO E DIREITOS SEXUAIS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	9
CAPÍTULO 2.....	19
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE DE GESTANTES E CRIANÇAS: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA.....	19
CAPÍTULO 3.....	28
CUIDADO INTEGRAL E INTERDISCIPLINARIDADE: A FORÇA DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NA SAÚDE COLETIVA.....	28
CAPÍTULO 4.....	39
SAÚDE MENTAL DA MULHER COMO UMA QUESTÃO DE SAÚDE COLETIVA	39

FONSECA, A. C. D. da et al. Interdisciplinaridade na gestão do cuidado ao idoso. *Brazilian Journal of Health Review*, 2021.

FORNERETO, A. P. N. et al. Continuing Education in Health: interprofessional practices in the field of Collective Health. **European Journal of Public Health**, v. 30, 2020.

LIMA, C. D. et al. Multiprofessional hospital care for children with Kawasaki Disease. **Rev enferm UFPE on line.**, vol. 15, :e245223, 2021. DOI: 10.5205/1981- 8963.2021.245223

MACHADO, L. D. S. et al.. Competências em promoção da saúde: conformações e recursos mobilizados na residência multiprofissional. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210089, 2022.

NASCIMENTO, Â.; OMENA, K. V. M. de. A Educação Interprofissional em Programas de Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, 2021.

O'DONNELL, D. et al. A realist process evaluation of an intervention to promote competencies in interprofessional collaboration among interdisciplinary integrated care teams. **HRB Open Research**, v. 6, 2023.

PERILLA, V. M. L.; JOAQUIM, R. H. V. T. Equipo multiprofesional y trabajo interdisciplinario en cuidados paliativos: reflexiones sobre factores contextuales y profesionales. **Rev. Ocup. Hum. (En línea)** ; vol. 20, n. 1, p. 64-81, 2020.

SHAW, C. J. et al. **The Power of Team: Introduction to Interprofessional Care Teams in Opioid Use Disorder Treatment.** In book: *Treating Opioid Use Disorder in General Medical Settings* (pp.105-118), September 2021. DOI:10.1007/978-3-030-80818-1_8

SOUZA, A. D. et al. A Importância da Equipe Multiprofissional na Promoção da Saúde Coletiva: Integração e Impactos no Cuidado. **Cognitus Interdisciplinary Journal**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 150–159, 2025. DOI: 10.71248/jrpen494. Disponível em: <https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/view/28>. Acesso em: 23 abr. 2025.

TRINDADE, L. R. et al. Integrated residence in collective health: interventions for multiprofessional care. **Research, Society and Development**, v. 9, 2020.

CAPÍTULO 4

SAÚDE MENTAL DA MULHER COMO UMA QUESTÃO DE SAÚDE COLETIVA

WOMEN'S MENTAL HEALTH AS A COLLECTIVE HEALTH ISSUE

 [10.56161/sci.ed.20250527C4](https://doi.org/10.56161/sci.ed.20250527C4)

Railson Pereira Farias

Graduando em Enfermagem pela Uniasselvi

Julia Lajús Mendes Cella

Médica pela Unicesumar

<https://orcid.org/0000-0001-9690-9419>

Maria Neuza da Silva Conceição

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Santa Terezinha - Cest

Paula de Castro Padilha Giaconi

Graduanda em Medicina pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

<https://orcid.org/0009-0007-3395-431X>

Thiago de Freitas França

Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery UFRJ

<https://orcid.org/0009-0003-1811-7872>

Franciane Machado dos Santos

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Integrada da Amazônia- FINAMA

Reynold Sales Caleffi

Graduando em Medicina pelo Centro Universitário FAMETRO

<https://orcid.org/0009-0000-7327-5943>

João Gabriel Amin Sampaio

Graduando em Enfermagem pela Uniesamaz

Jeyse Mayara Fontes de oliveira

Graduanda em Enfermagem pela Finama

Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto Martins

Psicóloga pela Unigranrio e Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira- Universo

RESUMO

A saúde mental da mulher é atravessada por múltiplas camadas de invisibilidade, expressas pela negligência institucional, pelos estigmas sociais e pela fragmentação das políticas públicas. Este artigo tem como objetivo analisar a saúde mental feminina como uma questão de saúde coletiva, discutindo suas intersecções com desigualdade de gênero, direitos reprodutivos, violência e exclusão social. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir da seleção de quinze artigos publicados entre 2020 e 2025, com base em descritores controlados do DeCS. A análise evidenciou que mulheres enfrentam maior prevalência de transtornos internalizantes, acentuada por fatores como sobrecarga doméstica, violência de gênero e negação de direitos sexuais e reprodutivos. A literatura revisada aponta falhas na formação de profissionais da saúde para o cuidado específico com mulheres em situação de vulnerabilidade, além da ausência de protocolos sensíveis à realidade psicossocial das pacientes. Verificou-se também a carência de integração entre serviços de saúde mental e atenção obstétrica, especialmente no cuidado perinatal e no atendimento de vítimas de violência íntima. Conclui-se que a saúde mental das mulheres deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e interseccional, exigindo práticas assistenciais comprometidas com a justiça de gênero, a escuta qualificada e o fortalecimento dos direitos humanos.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mulheres; Saúde Reprodutiva; Violência Contra a Mulher; Equidade em Saúde.

ABSTRACT

Women's mental health is marked by multiple layers of invisibility, expressed through institutional neglect, social stigma, and fragmented public policies. This article aims to analyze women's mental health as a collective health issue, discussing its intersections with gender inequality, reproductive rights, violence, and social exclusion. It is a narrative literature review based on the selection of fifteen articles published between 2020 and 2025, using DeCS-controlled descriptors. The analysis revealed that women experience a higher prevalence of internalizing disorders, exacerbated by factors such as domestic overload, gender-based violence, and denial of sexual and reproductive rights. The reviewed literature indicates failures in the training of health professionals to provide gender-sensitive care and the absence of protocols that address the psychosocial realities of female patients. A lack of integration between mental health services and obstetric care was also identified, particularly in perinatal care and services for victims of intimate partner violence. It is concluded that women's mental health must be understood as a collective and intersectional phenomenon, requiring care practices committed to gender justice, qualified listening, and the promotion of human rights.

Keywords: Mental Health; Women; Reproductive Health; Violence Against Women; Health Equity.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental das mulheres, apesar de sua crescente presença em pautas acadêmicas e institucionais, ainda permanece envolta por camadas de invisibilidade, marcadas por

silêncios, estigmas e abordagens que reduzem o sofrimento psíquico feminino a categorias biomédicas fragmentadas. Essa invisibilidade não decorre de acaso metodológico, mas de uma construção histórica que posiciona o corpo e a subjetividade das mulheres como territórios a serem controlados, medicados ou disciplinados, muitas vezes à revelia de seus contextos sociais, trajetórias afetivas e experiências de violência (Amering, 2022). Inserida em um campo tradicionalmente hegemônico por modelos universalistas e androcêntricos, a saúde mental feminina ainda não encontra nas políticas públicas o devido reconhecimento de sua complexidade, de suas interseções com a desigualdade de gênero, com os direitos reprodutivos e com os impactos sociais e institucionais que atravessam a experiência do adoecimento (Chatterjee et al., 2022).

As práticas assistenciais voltadas à saúde mental das mulheres seguem, em grande parte, desarticuladas dos princípios da saúde coletiva e da perspectiva dos direitos humanos, limitando-se a um modelo centrado na medicalização e na responsabilização individual. Essa lógica obscurece as múltiplas dimensões do sofrimento — que incluem a violência de gênero, a sobrecarga de trabalho, a maternidade compulsória, o racismo, a pobreza e o estigma institucional — e, ao fazê-lo, compromete tanto a qualidade do cuidado quanto o acesso equânime aos serviços (Vigod; Rochon, 2020). A compreensão da saúde mental da mulher como questão de saúde coletiva exige, portanto, um deslocamento teórico e político: é necessário reconhecer que o sofrimento psíquico não pode ser dissociado das estruturas sociais que o produzem e que o cuidado em saúde deve ser repensado a partir de uma lógica feminista, interseccional e integral (Chatterjee et al., 2022).

O presente estudo parte da premissa de que os serviços de saúde mental, para serem efetivamente universais e integrados, precisam enfrentar os fatores que historicamente contribuíram para a marginalização das mulheres no campo da saúde mental — entre eles, a ausência de escuta qualificada, a fragmentação dos serviços, a negligência dos direitos sexuais e reprodutivos e a desconsideração dos efeitos subjetivos da violência institucional. Diante disso, a questão norteadora que orienta esta investigação é: *como a saúde mental da mulher, enquanto fenômeno coletivo, pode ser compreendida e enfrentada a partir das interseções entre desigualdade de gênero, direitos reprodutivos, violência e impactos sociais?*

Com base nessa problematização, o objetivo geral deste estudo é analisar criticamente a saúde mental da mulher como uma questão de saúde coletiva, destacando os processos de invisibilidade, desigualdade e negação de direitos que condicionam o sofrimento psíquico

feminino e o acesso ao cuidado. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) examinar a produção científica recente sobre a saúde mental de mulheres em contextos de vulnerabilidade social; (ii) identificar os impactos da violência de gênero, da exclusão e da desigualdade reprodutiva sobre a subjetividade feminina; (iii) refletir sobre as limitações e potencialidades dos serviços de saúde mental frente às demandas específicas das mulheres; e (iv) contribuir para a construção de práticas de cuidado sensíveis, integrais e politicamente comprometidas com a equidade de gênero.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa e abordagem descritivo-analítica, voltada à sistematização e discussão crítica da produção científica nacional e internacional relacionada à saúde mental da mulher, especialmente em sua intersecção com desigualdade de gênero, invisibilidade institucional, direitos reprodutivos e impactos sociais. Optou-se por essa abordagem metodológica por permitir a articulação ampla entre diferentes fontes, enfoques e contextos, favorecendo uma compreensão transversal e aprofundada das múltiplas determinações sociais que incidem sobre o adoecimento psíquico de mulheres.

A seleção do material empírico ocorreu entre fevereiro e abril de 2025, com base em pesquisa sistematizada nas bases de dados SciELO, PubMed, LILACS, BVS e Google Scholar, utilizando os seguintes descritores controlados do DeCS: “Saúde Mental”, “Mulheres”, “Violência Contra a Mulher”, “Saúde Reprodutiva” e “Equidade em Saúde”. Tais descritores foram combinados entre si por meio dos operadores booleanos AND e OR, buscando-se otimizar a recuperação de publicações pertinentes ao objeto do estudo. A busca foi realizada em três idiomas (português, inglês e espanhol), considerando a abrangência do tema em diferentes contextos socioculturais.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, em periódicos revisados por pares, com texto completo disponível, e que abordassem direta ou indiretamente a saúde mental da mulher em articulação com aspectos de gênero, reprodução, violência, desigualdade e/ou acesso a direitos. Foram admitidos estudos empíricos (qualitativos e quantitativos), revisões sistemáticas e integrativas, bem como relatos de experiência e análises teóricas fundamentadas. Foram excluídas publicações duplicadas, textos

opinativos sem fundamentação metodológica, resumos de eventos e documentos sem acesso integral.

A partir da triagem inicial, foram identificadas 173 publicações. Destas, 38 foram excluídas por duplicidade e 108 por não atenderem aos critérios de elegibilidade, restando 27 artigos selecionados para leitura integral e análise interpretativa. Após leitura crítica e saturação temática, 15 artigos foram definidos como corpus principal da análise, sendo estes os que apresentaram maior densidade teórica, metodológica e contextual em relação à questão investigada.

A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa, por meio de leitura reflexiva, categorização temática e articulação das contribuições dos estudos selecionados. Os dados foram organizados em quatro eixos analíticos: (i) invisibilidade institucional e estigmas sobre o sofrimento psíquico feminino; (ii) desigualdade de gênero e violência como determinantes sociais da saúde mental; (iii) direitos reprodutivos, maternidade e saúde perinatal; e (iv) impactos sociais e interseccionalidades no acesso ao cuidado em saúde mental. Essa estruturação permitiu construir uma narrativa crítica e contextualizada sobre o tema, articulando diferentes dimensões do adoecimento mental das mulheres enquanto fenômeno coletivo, político e estrutural.

Por se tratar de um estudo baseado exclusivamente em fontes secundárias disponíveis publicamente e sem envolvimento direto de participantes humanos, esta pesquisa não necessitou de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme disposto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da produção científica recente sobre saúde mental da mulher evidencia um panorama marcado por múltiplas camadas de invisibilidade, refletidas não apenas na escassez de políticas públicas específicas e integradas, mas também na persistência de práticas assistenciais desarticuladas e normativas, que desconsideram os determinantes sociais e de gênero que atravessam o sofrimento psíquico feminino. Nesse cenário, destaca-se a importância de compreender a saúde mental da mulher como uma questão de saúde coletiva, que demanda abordagem ampliada, intersetorial e comprometida com os direitos humanos. Chatterjee et al. (2022) ressaltam que as mulheres apresentam maior prevalência de transtornos internalizantes,

como depressão e ansiedade, sendo essa diferença influenciada tanto por fatores hormonais e biológicos quanto por questões socioculturais, como o acúmulo de funções, a exposição à violência e a desigualdade estrutural de gênero.

A intersecção entre desigualdade de gênero e saúde mental se revela de modo particularmente expressivo nos contextos de violência íntima, exclusão social e vulnerabilidade econômica. Chakraborti (2020) observa que a sobrecarga de trabalho, o isolamento e a naturalização da violência psicológica e física contra mulheres estão diretamente associados ao adoecimento mental, sendo agravados pela ausência de acolhimento institucional e pela culpabilização moral da mulher em situação de sofrimento. Neste sentido, Moulding et al. (2020) defendem abordagens feministas na atenção à saúde mental de mulheres vítimas de violência, propondo que o cuidado esteja fundamentado na escuta ética, na não revitimização e na reconstrução da autonomia. Complementarmente, Ghahremani et al. (2022) indicam a urgência de integração entre os serviços de saúde mental e atenção obstétrica, sobretudo no cuidado às gestantes jovens e em situação de violência, reconhecendo que a fragmentação dos serviços compromete não apenas o diagnóstico precoce, mas a efetividade das intervenções.

Em contextos globais, a questão da saúde mental feminina é atravessada por condicionantes estruturais distintos, mas igualmente marcados por dinâmicas de dominação de gênero. Bhagawati (2020), ao analisar a realidade indiana, destaca como as construções socioculturais do feminino limitam o acesso das mulheres aos serviços de saúde e naturalizam sintomas de sofrimento como parte do “destino” da mulher. Em países ocidentais, por sua vez, a desigualdade assume contornos institucionalizados. No Reino Unido, Rands (2021) observa que as mulheres, tanto na condição de pacientes quanto de profissionais da saúde, enfrentam barreiras sistemáticas que afetam seu bem-estar mental, com destaque para a discriminação institucional, as múltiplas jornadas e o silenciamento de suas demandas emocionais nos espaços de cuidado.

Do ponto de vista reprodutivo, os direitos das mulheres com transtornos mentais seguem sendo sistematicamente negligenciados, especialmente em razão do estigma social e do despreparo das equipes de saúde para lidar com a subjetividade dessas pacientes. Souza et al. (2024) apontam que a negação de direitos sexuais e reprodutivos — como o acesso ao planejamento familiar, à contracepção segura e à atenção ao parto humanizado — ainda é frequente, refletindo uma cultura institucional que associa sofrimento mental à incapacidade decisória. Nesse contexto, Nikolaevskaya et al. (2024) destacam que transtornos mentais não

apenas afetam negativamente a fertilidade feminina, mas que o cuidado integral ao estado mental pode favorecer a restauração da função reprodutiva, reforçando a interdependência entre saúde emocional e saúde reprodutiva.

A dimensão formativa e institucional do problema também merece atenção. Segundo Güngör (2022), o treinamento de profissionais de saúde mental permanece aquém das necessidades específicas das mulheres, especialmente no que se refere à saúde mental perinatal e à violência de gênero. A ausência de protocolos sensíveis às particularidades do sofrimento feminino resulta em invisibilidade diagnóstica e em abordagens padronizadas que desconsideram a historicidade e as marcas do trauma. Essa lacuna se acentua quando se trata de populações específicas, como mulheres com deficiência psicossocial — cuja condição as insere em uma zona de vulnerabilidade legal, ética e assistencial, conforme observa Amering (2022), ao discutir a responsabilidade dos sistemas de saúde diante das normas internacionais de direitos humanos.

Além disso, o cruzamento entre gênero, classe social e consumo de substâncias também revela a intensidade da vulnerabilidade de certos grupos de mulheres. Kaló (2020) demonstra que mulheres que fazem uso de drogas enfrentam riscos significativamente maiores de desenvolver depressão, ansiedade e isolamento social do que os homens usuários, resultado de uma rede mais frágil de suporte e da estigmatização moral associada ao uso feminino de substâncias. Esse quadro é agravado quando inserido em contextos de pobreza, como observado por Bédard et al. (2022) em estudo com mulheres atendidas por ONGs no Québec, onde a precariedade econômica, a violência doméstica e a falta de acesso aos serviços configuram um ciclo intergeracional de adoecimento e exclusão.

Por fim, Cazares et al. (2021), ao analisarem a saúde mental de mulheres militares nos Estados Unidos, apontam que mesmo em instituições com alto grau de organização, a saúde emocional feminina permanece subordinada à lógica do desempenho e da virilidade, o que gera consequências severas como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão crônica e isolamento emocional. De forma semelhante, Vigod e Rochon (2020) argumentam que muitas formas de sofrimento psíquico feminino permanecem invisíveis por serem derivadas de experiências discriminatórias sutis — como interrupções constantes na fala, descredibilização profissional, imposição de padrões estéticos — que não são reconhecidas como violência, mas cujos efeitos cumulativos são devastadores.

Diante desse panorama, os resultados discutidos indicam que a saúde mental das mulheres não pode ser compreendida exclusivamente como uma questão clínica ou individual, mas deve ser tratada como uma pauta estrutural de saúde coletiva, atravessada por desigualdades históricas e sustentada por disputas simbólicas e políticas. A invisibilidade institucional, a fragmentação dos serviços e a negação de direitos fundamentais evidenciam a urgência de se produzir um cuidado que seja, ao mesmo tempo, técnico, ético e político — capaz de reconhecer nas mulheres sujeitos históricos e não meros objetos de intervenção psiquiátrica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da literatura evidencia que a saúde mental da mulher permanece como uma dimensão profundamente negligenciada pelas políticas públicas e pelas práticas clínicas, marcada por silenciamentos estruturais, estigmas persistentes e abordagens reducionistas que ignoram os determinantes sociais e culturais do sofrimento psíquico feminino. Ao tratar a saúde mental das mulheres como uma questão de saúde coletiva, este estudo reafirma a centralidade do gênero como categoria analítica indispensável à compreensão das desigualdades que atravessam o acesso, o diagnóstico, o cuidado e os direitos das mulheres no campo da saúde mental.

Conclui-se, portanto, que é urgente repensar o modo como a saúde mental das mulheres vem sendo abordada, tanto na formação dos profissionais quanto na formulação de políticas públicas e na organização dos serviços. Isso implica adotar uma perspectiva integral, interseccional e feminista, capaz de reconhecer as mulheres como sujeitos históricos, detentoras de direitos e produtoras de saber sobre si — e não apenas como receptoras passivas de intervenções técnico-normativas.

Ao final, reafirma-se que cuidar da saúde mental das mulheres não é apenas uma exigência técnica ou assistencial, mas um compromisso político com a superação das desigualdades, com a promoção da equidade e com a construção de um sistema de saúde verdadeiramente público, inclusivo e orientado pela justiça social.

REFERÊNCIAS

AMERING, M. Mental health and human rights of women. **European Psychiatry**, v. 65, p. S37, 2022.

BÉDARD, E. et al. Portrait of the women's mental health who consult community organizations of a Quebec region. **Santé mentale au Québec**, v. 47, n. 1, p. 241–262, 2022.

BHAGAWATI, P. Women's mental health in India: an analysis through the gender lens. *Indian Journal of Public Health Research & Development*, 2020.

CAZARES, P. T. et al. Women's mental health in the U.S. military — where are we now? A review of recent research. **Current Psychiatry Reports**, v. 23, 2021.

CHAKRABORTI, S. **Women with mental illness: a psychosocial perspective**. In: *Gender, Mental Health and Illness*. 2020. p. 33–46.

CHATTERJEE, S. et al. Women and mental health – A gendered and age-wise perspective. **Indian Journal of Psychiatry**, v. 64, p. S631, 2022.

GHAHREMANI, T. et al. Women's mental health services and pregnancy: a review. **Obstetrical & Gynecological Survey**, v. 77, p. 122–129, 2022.

GÜNGÖR, E. Sönmez. What are the training needs of mental health and other healthcare professionals in women's mental health? **European Psychiatry**, v. 65, p. S49, 2022.

KALÓ, Z. **Women who use drugs and mental health**. In: *Women and Substance Abuse*. 2020.

MENDES-RIBEIRO, J. et al. **An introduction to women's mental health**. In: *Women's Mental Health*. 2020.

MOULDING, N. et al. Rethinking women's mental health after intimate partner violence. **Violence Against Women**, v. 27, p. 1064–1090, 2020.

NIKOLAEVSKAYA, A. O.; TYUVINA, N. A.; BALABANOVA, V. The influence of the mental state of women with infertility on their reproductive status. **Neurology, Neuropsychiatry, Psychosomatics**, vol. 16, n. 3, p. 64-71. 2024.

RANDS, G. **Women in UK psychiatry and mental health**. In: *Mind, State and Society*., pp. 137–150, 2021.

SOUZA, L. B.; LUIS, M. A. V.; VENTURA, C. A. A. Sexual and reproductive rights for women with mental disorders: integrative literature review. **I Seven Applied Social Sciences Congress**, 2024.

VIGOD, S.; ROCHON, P. The impact of gender discrimination on a woman's mental health. **EClinicalMedicine**, v. 20, 2020.